

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

PMAX ARMAZENAMENTO E GUARDA DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ 02.675.378/0001-00

Versão 1.0 — vigente a partir de [01/01/2026]

Esta Política de Privacidade descreve como a PMAX ARMAZENAMENTO E GUARDA DE VEÍCULOS LTDA (“PMAX”, “nós”), inscrita no CNPJ sob o nº 02.675.378/0001-00, operadora de pátio de armazenamento e guarda de veículos e prestadora de serviços de preparação de veículos para leilão, coleta, utiliza, retém e protege dados pessoais de contratantes, proprietários e representantes de veículos, arrematantes e demais pessoas que acessam suas dependências, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — “LGPD”) e com as demais normas aplicáveis à sua atividade.

Ao contratar nossos serviços ou acessar nossas dependências, você declara ter lido e compreendido esta Política. Recomendamos a leitura integral antes de fornecer qualquer dado pessoal.

1. Quem é o controlador dos seus dados

Para os dados que contratantes (comitentes, instituições financeiras, seguradoras, leiloeiras ou órgãos públicos) fornecem diretamente à PMAX, a PMAX atua como controladora, nos termos do art. 5º, VI, da LGPD.

Para os dados dos veículos recebidos em depósito e das pessoas que os retiram, a PMAX atua como controladora e como depositária, nos termos dos arts. 627 a 652 do Código Civil e, quando o veículo for destinado a leilão, também do Decreto nº 21.981/1932.

Quando o veículo é recebido em razão de remoção, apreensão ou busca e apreensão determinada por autoridade de trânsito, policial ou judicial, a PMAX atua como depositária fiel nomeada, tratando os dados necessários à guarda e à posterior liberação do bem com base no cumprimento de obrigação legal e no exercício regular de direitos.

2. Dados que coletamos

2.1. Dados fornecidos por contratantes

Ao contratar o serviço de armazenamento, guarda ou preparação de veículos para leilão, coletamos dos contratantes (comitentes, financeiras, seguradoras, leiloeiras ou órgãos públicos):

- Dados de identificação: nome completo ou razão social, CPF ou CNPJ;
- Dados de contato: e-mail, telefone;
- Endereço, para fins de cadastro e cobrança;
- Dados bancários, quando aplicável, para cobrança de valores de armazenagem e serviços correlatos.

2.2. Dados dos veículos recebidos em depósito

- Placa, chassi, marca, modelo, cor e ano do veículo;
- Termo de recolhimento, apreensão ou entrada voluntária no pátio;
- Estado de conservação e fotografias registradas no momento da entrada;
- Documentos de procedência apresentados pelo contratante (nota fiscal, auto de apreensão, termo de depósito).

2.3. Dados relativos à preparação do veículo para leilão

Quando contratada para preparar um veículo para leilão, coletamos e produzimos:

- Fotografias do veículo em diferentes ângulos e detalhes;
- Laudo de vistoria e de avaliação do estado de conservação;
- Histórico de higienização e de pequenos reparos realizados no pátio, quando houver.

2.4. Dados de quem retira, visita ou representa o proprietário

- Nome e CPF ou CNPJ;
- Documento de identificação apresentado na portaria;
- Procuração ou autorização de retirada, quando aplicável;
- Placa do veículo utilizado para acessar as dependências do pátio.

2.5. Imagens de monitoramento por câmeras (CFTV)

Captamos imagens nas áreas comuns e de acesso ao pátio, exclusivamente para fins de segurança patrimonial e das pessoas que o frequentam. Mais detalhes na seção 14 desta Política.

2.6. Dados sensíveis

Hoje a PMAX não realiza reconhecimento facial nem qualquer tratamento de dados biométricos para identificação de pessoas. As câmeras de monitoramento captam apenas imagens para fins de segurança patrimonial, sem correspondência automatizada de identidade. Caso isso venha a ser implementado no futuro, atualizaremos esta Política antes da entrada em vigor da mudança e, conforme o caso, coletaremos consentimento específico e destacado dos titulares afetados (art. 11, I, da LGPD) ou nos valeremos da hipótese de prevenção à fraude e segurança em processos de identificação e autenticação (art. 11, II, “g”, da LGPD), conforme detalhado na seção 12 (Alterações desta Política).

3. Para que utilizamos seus dados (finalidades)

- Prestar o serviço de armazenamento e guarda de veículos contratado por comitentes, instituições financeiras, seguradoras ou leiloeiras, ou determinado por autoridade competente;
- Preparar veículos para leilão (vistoria, higienização, fotografia, laudo de estado de conservação), a pedido do comitente ou da leiloeira contratante;
- Identificar e liberar o veículo ao proprietário, representante legal ou arrematante, mediante conferência documental;
- Cobrar valores de armazenagem e taxas correlatas dos contratantes;
- Garantir a segurança patrimonial do pátio e das pessoas que o frequentam;
- Cumprir obrigações legais aplicáveis ao contrato de depósito e, quando o veículo for objeto de remoção ou apreensão, às normas de trânsito aplicáveis.

Seus dados não são utilizados para perfilamento, segmentação publicitária ou qualquer finalidade alheia à guarda, preparação e liberação do bem.

4. Bases legais do tratamento

O tratamento de dados pessoais pela PMAX se apoia nas seguintes bases legais da LGPD:

- Execução de contrato ou de procedimentos preliminares a contrato a pedido do titular (art. 7º, V) — no contrato de depósito com o comitente, financeira, seguradora ou leiloeira contratante, e na relação com o proprietário, representante ou arrematante que retira o bem;
- Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II) — Código Civil, arts. 627 a 652 (contrato de depósito); e, quando o veículo for removido ou apreendido por autoridade de trânsito, o Código de Trânsito Brasileiro e as Resoluções do CONTRAN;
- Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral (art. 7º, VI) — quando a guarda decorrer de determinação judicial, execução fiscal ou processo administrativo;
- Legítimo interesse (art. 7º, IX) — para o monitoramento por câmeras nas dependências do pátio, restrito à finalidade de segurança patrimonial e pessoal, observados os limites e salvaguardas do art. 10 da LGPD e a sinalização adequada do monitoramento;
- Consentimento específico e destacado (art. 7º, I) — nas situações em que a base legal exigir manifestação expressa do titular.

Não utilizamos a base de legítimo interesse para nenhum tratamento além do monitoramento por câmeras descrito acima; as demais hipóteses listadas já cobrem integralmente as finalidades pretendidas.

5. Com quem compartilhamos seus dados

- Comitentes, instituições financeiras, seguradoras e leiloeiras contratantes, quanto aos dados de armazenagem, status e preparação do veículo, na medida necessária à prestação do serviço contratado;
- Leiloeiro oficial responsável pelo certame, quando o veículo for destinado a leilão, para fins de instrução do edital (laudos, fotografias, relatórios de vistoria);
- Autoridades de trânsito, policiais, fiscais e judiciais, quando a guarda decorrer de determinação legal ou para atendimento de ofícios e requisições;
- Prestadores de infraestrutura de tecnologia (hospedagem, sistemas de monitoramento), que operam exclusivamente em ambiente cifrado, sem acesso lógico ao conteúdo dos dados.

Não realizamos transferência internacional de dados: todo o processamento ocorre em território nacional.

6. Por quanto tempo mantemos seus dados

Os dados dos veículos armazenados e de seus contratantes são retidos pelo prazo do contrato de depósito, acrescido do prazo prescricional aplicável às relações de consumo (art. 27 do CDC) e às obrigações cíveis decorrentes do depósito (art. 205 do Código Civil). As imagens de monitoramento por câmeras são retidas por prazo limitado, em regra entre 30 e 90 dias, salvo quando necessárias à apuração de um incidente, ocorrência policial ou processo em andamento, hipótese em que são conservadas pelo tempo necessário a essa finalidade.

Independentemente dos prazos acima, podemos conservar seus dados por período adicional quando isso for necessário para o cumprimento de determinação judicial ou de requisição de autoridade pública (Ministério Público, polícia judiciária, órgãos reguladores), ou para o exercício regular de direitos da PMAX em processo judicial, administrativo ou arbitral em curso, nos termos do art. 16, I, e do art. 7º, VI, da LGPD. Nesses casos, os dados relacionados são conservados apenas enquanto durar o processo ou a exigência legal correspondente, sendo descartados ao término desse prazo adicional.

Encerrados esses prazos, os dados são descartados de forma automatizada, preservando-se exclusivamente os metadados de auditoria exigidos por autoridades competentes.

7. Como protegemos seus dados

Adotamos medidas técnicas e administrativas compatíveis com os arts. 46 e 47 da LGPD, entre elas:

- Controle de acesso físico às dependências do pátio, com identificação de visitantes e veículos na portaria;
- Câmeras de monitoramento com acesso às imagens restrito a pessoal autorizado;
- Criptografia em trânsito (TLS 1.2 ou superior) e em repouso para dados armazenados em sistemas;
- Segregação de acessos por papel funcional e autenticação para operadores dos sistemas;
- Processos aderentes a boas práticas de segurança da informação;
- Plano de continuidade de negócio, com procedimentos de retomada das operações em caso de incidente.

8. O que fazemos em caso de incidente de segurança

Identificado incidente de segurança envolvendo seus dados, a PMAX realiza a triagem técnica e o registro do evento, comunicando a ANPD nos prazos regulatórios, conforme o art. 48 da LGPD, e as demais autoridades competentes quando exigido por lei. Se você for afetado, será comunicado com indicação da natureza dos dados envolvidos, das medidas adotadas e dos riscos identificados.

9. Seus direitos como titular de dados

Nos termos do art. 18 da LGPD, você pode, a qualquer momento:

- Confirmar a existência de tratamento de dados a seu respeito;
- Acessar os dados tratados a seu respeito;
- Solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados, mediante comprovação;
- Solicitar a anonimização, o bloqueio ou a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a lei;
- Solicitar a portabilidade de seus dados a outro fornecedor de serviço, em formato estruturado, respeitados os sigilos legais e a vedação de portabilidade de dados de terceiros;
- Solicitar a eliminação de dados tratados com base no consentimento (nas demais bases legais, a retenção segue os prazos legais aplicáveis);
- Obter informação sobre com quem compartilhamos seus dados;
- Obter informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e as consequências dessa negativa, quando essa for a base legal aplicável;
- Revogar o consentimento fornecido, a qualquer momento, com efeitos imediatos sobre tratamentos futuros — sem prejuízo dos tratamentos já concluídos sob outra base legal.

10. Como exercer seus direitos

Você pode exercer os direitos listados na seção 9 pelo canal de atendimento informado na seção 17 desta Política. Respondemos às solicitações dentro dos prazos previstos na LGPD.

11. Tratamento de dados de crianças e adolescentes

Nossas dependências e serviços não são destinados a crianças e adolescentes desacompanhados. Eventuais dados de menores de idade — por exemplo, quando figurarem como titulares registrares de um veículo por herança ou sucessão — são tratados observando o melhor interesse da criança ou do adolescente e mediante representação por seu responsável legal, nos termos do art. 14 da LGPD.

12. Alterações desta Política

Esta Política reflete as práticas atuais da PMAX. Podemos atualizá-la para refletir mudanças legais, regulatórias ou em nossos serviços — incluindo a eventual adoção de novos métodos de identificação, como reconhecimento facial ou biometria, ou a integração de novas fontes de dados de terceiros. Nesses casos, atualizaremos esta Política antes da entrada em vigor da mudança, identificando os novos controladores e finalidades envolvidos, e coletaremos consentimento específico e destacado dos usuários afetados sempre que exigido por lei, especialmente quando a mudança envolver dados sensíveis. A data de vigência de cada versão consta no topo deste documento.

13. Contrato de depósito e guarda de veículos

A PMAX atua como depositária dos veículos que recebe, nos termos dos arts. 627 a 652 do Código Civil, sendo responsável por guardar, conservar e restituir o bem ao contratante ou a quem de direito, respondendo civilmente pelos danos a que der causa. Quando a guarda decorrer de remoção ou apreensão por autoridade de trânsito, aplica-se ainda o regime do Código de Trânsito Brasileiro e das Resoluções do CONTRAN pertinentes. Quando o veículo for destinado a leilão, a PMAX pode atuar em conjunto com o leiloeiro oficial e, quando aplicável, sob o regime de armazém geral do Decreto nº 21.981/1932.

14. Monitoramento por câmeras (CFTV)

As dependências do pátio contam com câmeras de monitoramento, sinalizadas de forma visível, indicando a existência de gravação, a finalidade de segurança e a identidade da PMAX como responsável pelo tratamento. As imagens são utilizadas exclusivamente para segurança patrimonial e das pessoas — por exemplo, para prevenir furtos, danos ou acessos não autorizados — e não são utilizadas para qualquer outra finalidade, como perfilamento ou publicidade. O acesso às imagens é restrito a pessoal autorizado, e o prazo de retenção segue o disposto na seção 6.

15. Encarregado pelo Tratamento de Dados (DPO)

A PMAX ARMAZENAMENTO E GUARDA DE VEICULOS mantém um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO), nos termos do art. 41 da LGPD. Essa função é exercida pela INTUIX TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 41.567.055/0001-65, com sede na Alameda Grajaú, 129, sala 204, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, Barueri, São Paulo/SP, CEP 06454-050, que cumpre rigorosamente as seguintes atribuições:

- Receber comunicações dos titulares de dados pessoais e da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), encaminhando-as à BIDCHAIN para análise e providências cabíveis;
- Orientar a BIDCHAIN, seus colaboradores e prestadores de serviços, de forma consultiva, quanto às boas práticas e diretrizes gerais de proteção de dados pessoais;
- Apoiar a implementação e o aprimoramento do programa de governança em privacidade da BIDCHAIN.

Qualquer informação necessária ou incidente de proteção de dados pode ser encaminhado ao Encarregado pelo e-mail dpo@intuix.com.br, ou por telefone ou WhatsApp no número (11) 5547-7791.

16. Legislação aplicável

Esta Política é regida pela legislação brasileira, em especial pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD); pelo Código Civil, arts. 627 a 652 (contrato de depósito); pelo Código de Trânsito Brasileiro e pelas Resoluções do CONTRAN aplicáveis à remoção e apreensão de veículos; pelo Decreto nº 21.981/1932, quando a PMAX atuar em conjunto com leiloeiro oficial ou sob regime de armazém geral; e pela legislação municipal ou estadual aplicável à sinalização de monitoramento por câmeras em estabelecimentos, quando existente.

17. Contato

Dúvidas, solicitações ou reclamações relacionadas a esta Política ou ao tratamento de seus dados pessoais podem ser encaminhadas para contato@patiopmax.com.br ou pelo canal de atendimento da PMAX.